

1.^{as} JORNADAS DE HISTÓRIA DA IMPRENSA OLISIPONENSE DAS «RELAÇÕES» DE SEVERIM DE FARIA À «GAZETA DE LISBOA»

CINCO BREVES CONCLUSÕES

Chegados ao fim destas *Primeiras Jornadas de História da Imprensa Olisiponense*, e concluído também o debate que elas suscitaram, compete-me a mim, na qualidade de funcionária e investigadora da Hemeroteca Municipal de Lisboa, alinhar as respetivas conclusões, na ideia de que possam, de algum modo, servir como síntese do que aqui se passou e como pistas de orientação para trabalhos futuros.

Senti-me lisonjeada com a confiança depositada na minha competência para cumprir essa tarefa, e só espero que o meu desempenho não desiluda, associando involuntariamente uma qualquer nódoa às brilhantes comunicações que aqui foram apresentadas.

A **primeira conclusão** a extrair é a de que, a julgar pelo público que esteve presente, que respondeu ao convite para participar nestas jornadas (cerca de 120 pessoas), **o tema da imprensa periódica olisiponense não está esgotado, mantém ainda uma elevada atratividade junto dos investigadores e historiadores, mas também dos leigos e curiosos.**

A **segunda conclusão** é a de que as **comunicações aqui apresentadas**, não só com enfoque em diferentes periódicos, mas analisando-os sob ângulos diversos (isto é, associando à abordagem histórica a da perspetiva das ciências da comunicação), **foram muito enriquecedoras**, contribuindo para consumação dos objetivos que estas *Primeiras Jornadas de História da Imprensa Olisiponense* definiram: o de revisitarem a história das publicações periódicas que estiveram na origem do jornalismo português e olisiponense; e o de trazer para o debate público e académico as mais recentes investigações feitas por historiadores e especialistas.

Terceira conclusão, a questão de definir qual foi o primeiro periódico português, continua a não ser consensual. Depende sempre dos critérios assumidos como definidores do conceito de periódico. Poder-se-á afirmar, *grosso modo*, que a perspetiva histórica é mais estreita ou rígida que a assumida pelas ciências da comunicação, **na medida em que estas reconhecem nas *Relações de Severim de Faria (1626-1628)* a presença de fórmulas discursivas que são características da linguagem jornalística.** É a posição de Jorge Pedro Sousa, que acabou por destacar as seguintes premissas: i) o cuidado em dar resposta às três questões da expressão jornalística – o quê, quando e onde; ii) a natureza noticiosa da informação; iii) o uso de *flash backs* contextuais, de citações diretas e outros recursos informativos; iv) a credibilização da informação por via das fontes evocadas, entre outras marcas enunciadas.

Já a análise histórica considera que as ditas *Relações* carecem da periodicidade, da continuidade e da atualidade, que são marcas da imprensa periódica - aspetos que já vamos encontrar nas *Gazetas da Restauração (1641-1647)*, e que levam Eurico Dias e José Manuel Tengarrinha a classificar esta publicação como o primeiro jornal publicado em Portugal.

Quarta: embora os primeiros periódicos tenham resultado de iniciativas privadas assumiram-se como “porta-vozes” de um poder – o da casa de Bragança perante outras coroas europeias, particularmente a dos reinos de Espanha –, na medida em que veiculavam informação que ia ao encontro das suas pretensões e interesses. O caso do *Mercúrio Português* (1663-1667), de António de Sousa Macedo, é disso um bom exemplo, como mostrou Patrícia Teixeira. Nesse sentido, **poder-se-á considerar que os primeiros periódicos tiveram uma natureza, essencialmente, política**, como venceu José Manuel Tengarrinha. Parece revelar-se aqui o propósito de constituir uma “opinião pública nacional”, que era desconhecido dos periódicos anteriores. A associação dos interesses brigantinos com os de Portugal emprestava um tom patriótico ao discurso, mas não há ainda um verdadeiro nacionalismo, no sentido moderno do termo. A população, como base da nação, era ainda uma realidade ausente das páginas dos primeiros periódicos.

Quinta e última conclusão: o aparecimento da *Gazeta de Lisboa* (1715-1833) assinalou, ainda assim, algumas mudanças que importa sublinhar. Desde logo, **o facto de a publicação valorizar mais o que se passava fora do reino do que o que se passava no espaço nacional**. Mas no que ao reino respeitava, a sua atenção centrava-se mais na província do que na cidade de Lisboa. Uma “preferência” que motivou a construção de uma ampla rede de correspondentes, que lhe assegurava informação sobre o que se passava em todo o território. Esta valorização do reino profundo, que distava do centro do poder, ficou particularmente em evidência por ocasião do Terramoto de 1755. De facto, **a Gazeta foi muito mais pormenorizada nas descrições que fez sobre o impacto da catástrofe em terras como Alenquer, Mafra e Ericeira, do que em Lisboa**, embora aqui, por razão da sua urbanidade, os efeitos tenham sido muito mais extensos e mortais.

Na capital, **o “grande acontecimento passa praticamente implícito na Gazeta de Lisboa; vivido por todos, ele é previamente conhecido; não assume estatuto de novidade quando passa ao periódico**. É no interior do acontecimento que, aí sim, podemos encontrar factos particulares dignos de registo, como a sorte dos cofres da Fazenda Real, mencionada na primeira notícia (publicada no n.º 45, de 1755), ou a ruína da Torre do Tombo, referida na segunda notícia, saída no número seguinte, a 13 de Novembro”. **Como referiu Álvaro Costa de Matos, nas conclusões da sua comunicação, “situada no centro do Terramoto de 1755, a Gazeta de Lisboa quase não produz noticiário direto sobre Lisboa e, quando o faz, é extremamente lacónica**. A explicação para este tipo de mediação informativa talvez ganhe mais sentido quando se compreende a sua forma de conceber as notícias, a sua dificuldade em relacionar-se com a atualidade, a importância da informação internacional assente em canais tradicionais, a ausência de uma informação propriamente política sobre o Reino”. Aspetos que no essencial se mantêm sob a redação de José Freire de Montarroio Mascarenhas e mesmo na evolução que a *Gazeta de Lisboa* conheceu, a partir de 1760, quando foi entregue aos oficiais das secretarias dos negócios estrangeiros e da guerra, **o que lhe conferiu o estatuto de primeiro jornal oficial português**.

Rita Correia,

Lisboa 7 de Dezembro de 2012.